

Congresso reduz impacto do corte de gastos em até R\$20 bi, dizem analistas



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante café da manhã com jornalistas nesta sexta-feira (20) Gabriela Biló/Folhapress

Analistas estimam perdas de até R\$ 20 bilhões com diluição de pacote

Congresso conclui aprovação de propostas, e Fazenda vê impacto de R\$ 2,1 bi; Haddad diz não ser fácil cortar despesas e lamenta postura de esquerda e direita no debate fiscal

BRASÍLIA E SÃO PAULO Apenas três semanas após a apresentação formal do pacote de contenção de gastos pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Congresso concluiu nesta sexta (20) a aprovação das propostas, tidas como necessárias para manter a sustentabilidade do arcabouço fiscal nos próximos anos.

A rapidez, porém, veio acompanhada de um enfraquecimento das medidas, antes já consideradas tímidas e insuficientes pelo mercado. O resultado coloca em xeque a capacidade do governo de reduzir as incertezas fiscais e indica, segundo economistas, que o ministro Fernando Haddad (Fazenda) precisará travar novas batalhas internas e externas para domar a trajetória das despesas obrigatórias.

O governo nega que tenha havido desidratação das propostas, concebidas inicialmente para gerar uma economia de R\$ 71,9 bilhões em dois anos, e disse inicialmente que o pacote ficou apenas R\$ 1 bilhão mais magro. Especialistas, por sua vez, estimam inicialmente uma perda entre R\$ 8 bilhões e R\$ 20 bilhões.

À noite, a Fazenda divulgou projeção de impacto de R\$ 2,1 bilhões com a diluição do pacote.

A equipe de análise da XP calculou os R\$ 8 bilhões. A diferença seria ainda maior se o corretor levasse em conta o valor que o

Senado aprova projeto que pode gerar R\$ 16 bi

O Senado aprovou na sexta (20) o projeto de lei que adia o início da dedução de impostos por bancos. A medida tem o potencial de gerar R\$ 16 bilhões em receitas para o governo federal no ano que vem.

Em 2025, as instituições bancárias poderiam começar a deduzir as perdas decorrentes de inadimplência dos empréstimos oferecidos aos clientes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

Na prática, o projeto adia para janeiro de 2026 a entrada em vigor de lei aprovada em 2022, no governo Bolsonaro, que uniformizou os critérios para o registro e a dedução dessas perdas no balanço das instituições.

governo esperava poupar com o pacote de contenção de gastos.

Enquanto a equipe econômica contava com a redução de R\$ 71,9 bilhões, a XP tinha uma previsão mais branda, de R\$ 52,3 bilhões em dois anos, que foi reduzida para R\$ 44,3 bilhões com as alterações no Congresso.

Segundo relatório da equipe da corretora, a longo prazo o prejuízo das mudanças dos parlamentares é ainda mais preocupante. Com as medidas originais, a XP esperava economia de cerca de R\$ 294 bilhões até 2030, e agora esse valor teve uma redução de R\$ 62 bilhões, para R\$ 232 bilhões.

As mudanças que mais prejudicaram o resultado final, segundo o analista da XP Tiago Sbardelotto foram as reduções nos critérios exigidos para o BPC (Benefício de Prestação Continuada), a desistência de alterar os repasses para o FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal) e o afrouxamento do comando para um limite aos supersalários na administração pública.

"Com isso, o resultado apenas reforçou a visão [que já tínhamos] de que se tratava de um tímido pacote de mudanças, que não trata das questões mais importantes do Orçamento federal (como a indexação dos benefícios) e que servirão somente para manter o limite de gastos por mais dois ou três anos", diz o ana-

lista no relatório.

Além da XP, diversas consultorias e casas de análise correm para fazer os cálculos do prejuízo causado por parlamentares. Uma delas é a Tendências Consultoria. Sócio da empresa, o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega diz que, embora sua consultoria ainda não tenha finalizado as contas, estima uma redução de economia entre R\$ 10 bilhões e R\$ 20 bilhões nos próximos dois anos.

Para Mailson, juízes e desembargadores dos tribunais de Justiça foram os maiores vencedores das mudanças feitas pelos parlamentares devido ao enfraquecimento da iniciativa contra supersalários.

"Errou quem falou que a alteração era para atribuir maior flexibilidade em eventual mudança das regras. Com o lobby dos juízes e dos desembargadores dos tribunais de Justiça dos Estados, eles ficaram de fora do pacote." O economista Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), diz que a rapidez da aprovação do pacote nesta semana é um fato notável, mas isso também reduziu debates e ampliou custos que resultaram na diluição das medidas.

Confira a diluição no pacote de corte de gastos de Haddad

EMENDAS PARLAMENTARES

- Câmara deu aval para bloqueio de apenas parte delas para cumprir os limites do arcabouço fiscal, não todas, como propôs o governo

BPC

- Relator derrubou as regras que restringiam o acúmulo de benefícios, ampliavam o conceito de família para o cálculo da renda e dificultavam a concessão do benefício. A mudança no critério de deficiência também saiu do parecer. A Câmara manteve dois artigos que condicionavam o benefício à avaliação que ateste deficiência de grau moderado ou grave, mas governo fez acordo no Senado para vetar esses trechos diante das resistências

FCDF (FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL)

- Foi retirada a medida que permitiria à União reduzir os repasses futuros ao fundo, o que permitiria economia de R\$ 2,3 bilhões dos R\$ 71,9 bilhões esperados em dois anos com o pacote como um todo

SUPERSALÁRIOS

- O texto original do governo previa a regulamentação do tema por lei complementar, mas o relator alterou para lei ordinária — que requer quórum menor. O instrumento também pode ser contornado por resoluções do CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

FUNDEB (FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA)

- O governo havia proposto uma fatia de 20% de complementação da União ao fundo, que renderia uma economia de R\$ 10,3 bilhões até 2026. O relator reduziu o percentual para 10% e cita apenas o ano de 2025

ORÇAMENTO

- Relator excluiu revogação da obrigação do governo em executar os programas previstos no Orçamento, eliminando o poder de a equipe econômica fazer contingenciamentos preventivos para cumprir o centro da meta fiscal

FUNDOS PÚBLICOS

- Câmara permitiu desvincular recursos de cinco fundos públicos para abater dívidas do governo — a versão original continha oito fundos

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

- Parlamentares tiraram a possibilidade de governo limitar o uso de créditos tributários para abater tributos em caso de déficit nas contas a partir de 2025

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Pagina: 13